



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 546, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

A proposição sob exame altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com o escopo de estimular a utilização do modo cicloviário de transporte nas cidades brasileiras.

Para tanto, a lei proposta:

a) inclui no rol das assim denominadas “infraestruturas de mobilidade urbana”, no âmbito do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, as “bicicletas públicas de uso compartilhado”;

b) conceitua “sistema cicloviário” como a “infraestrutura física e operacional de apoio à mobilidade cicloviária, incluindo ciclovias, ciclofaixas, semáforos, estacionamentos, sinalização e bicicletas públicas de uso compartilhado”;

c) atribui aos municípios a prerrogativa de “disponibilizar à população bicicletas públicas de uso compartilhado”;

d) acresce às atribuições mínimas dos “órgãos gestores dos entes federativos incumbidos respectivamente do planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana” a de “implantar sistema ciclovitário”;

e) adita aos instrumentos de gestão dos sistemas de transporte e de mobilidade urbana, passíveis de utilização pelos entes federativos, a “disponibilização de bicicletas públicas de uso compartilhado, que poderão ser utilizadas por qualquer pessoa, por tempo determinado, gratuitamente ou mediante pagamento módico”; e, por fim,

f) determina que “o sistema ciclovitário” passe a ser considerado na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Para o autor do projeto, a crise de mobilidade que afeta as cidades brasileiras constitui presentemente um dos nossos maiores desafios. Ao reiterar que os congestionamentos do sistema viário têm levado milhões de brasileiros a perderem “preciosas horas de suas vidas no interior de veículos motorizados, que se locomovem a velocidades lentíssimas”, Sua Excelência avalia que, nas grandes metrópoles, até mesmo o conceito de “hora do rush” vem perdendo o sentido, uma vez que os congestionamentos já se estendem por “praticamente todo o período diurno e parte do noturno, sem relação com os horários de entrada e saída do trabalho”.

Para ele, tal circunstância prejudica indistintamente toda a população urbana. Se os menos favorecidos sofrem com as carências do transporte público, “caro e superlotado”, as classes médias tampouco se encontram em situação confortável, uma vez que dirigir um automóvel nessas condições torna-se “uma atividade estressante e ineficaz”.

Nesse sentido, Sua Excelência considera que a solução desse impasse, embora resida essencialmente na ampliação e no barateamento dos sistemas de transporte coletivo, não pode prescindir de medidas complementares, tais como o desestímulo ao uso do automóvel e o favorecimento da utilização de bicicletas.

Ao constatar que “grande parte dos deslocamentos ocorre em distâncias relativamente curtas, que poderiam ser percorridas de bicicleta, desde que a viagem pudesse ocorrer de forma segura e confortável”, o autor destaca as vantagens do sistema cicloviário, cujo desenvolvimento depende de sua institucionalização por meio da incorporação dessa alternativa à política de mobilidade urbana.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 262, de 2013, versa sobre normas gerais de transporte urbano, matéria sobre a qual a União tem competência para legislar, nos termos do art. 21, inciso XX, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

Por força desse abrigo constitucional, a proposição não contém vícios de iniciativa, apresentando-se em conformidade com os requisitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Observa igualmente os preceitos da técnica legislativa consolidados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao destinar-se a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que “institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências”.

No mérito, adotamos os argumentos do autor, Senador Randolfe Rodrigues, no sentido de considerar que a proposição representa contribuição de alta relevância para o aprimoramento da Lei de Mobilidade Urbana.

De fato, como acentua Sua Excelência, o modo de transporte cicloviário pode atuar como “complemento importantíssimo do transporte coletivo, sob a forma de redes capilares de alimentação e distribuição”, associadas, por exemplo, às estações de metrô e aos terminais rodoviários.

São vários os países que vêm adotando políticas exitosas de estímulo ao uso de bicicletas. Na Europa, os países nórdicos, a Alemanha e a Holanda, entre outros, já colhem há muitos anos os benefícios do sistema. Mais recentemente, cidades importantes passaram a adotar programas de uso compartilhado de bicicletas. Em Paris, por exemplo, já se instalaram 3,8 mil quilômetros de ciclovias e o sistema de compartilhamento, denominado *Vélib*, já conta com 20 mil bicicletas, distribuídas por 1.450 estações.

Também o Brasil começa a adotar esse modelo, como ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde o sistema de Paris, em menor escala, foi replicado.

No entanto, como bem observa o autor do projeto, o desenvolvimento de todo o potencial do transporte cicloviário depende de sua institucionalização, da oferta de meios adequados e seguros aos ciclistas, “na forma de ciclovias e ciclofaixas, acompanhadas de semáforos e sinalização específica”, bem como de sua integração com o transporte coletivo.

Importa registrar, por fim, que as diretrizes da política de desenvolvimento urbano, entre as quais as que se dirigem aos sistemas de transporte e mobilidade, não afastam as prerrogativas próprias da autonomia constitucional dos municípios, devendo com ela harmonizar-se. Nesse sentido, à imensa diversidade das realidades locais no território nacional deverão corresponder distintas soluções que melhor atendam às respectivas peculiaridades sociais, culturais e econômicas.

III – VOTO

Em razão do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2013.

Senador **VITAL DO RÊGO**, Presidente

Senador **LUIZ HENRIQUE**, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 262 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 11 / 2013 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Vital do Rêgo</i>	
RELATOR: <i>Senador Luiz Henrique</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA <i>Humberto Costa</i>
<i>autor</i> → RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPPLY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO <i>Requião</i>
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. PAULO DAVIM
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. CYRO MIRANDA <i>Cyro Miranda</i>
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO